

DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER – CONTROLE DA DESPESA COM
PESSOAL

Considerando os termos do art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que dispõe sobre o controle da despesa total com pessoal, declaro que, no exercício de 2025:

Não foi praticado ato que provocasse aumento da despesa com pessoal em desacordo com:

- a) as exigências dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000;
- b) o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal;
- c) os limites legais de comprometimento aplicáveis às despesas com pessoal, inclusive quanto aos inativos e pensionistas.

Considerando que o exercício de 2025 não corresponde ao último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, não se aplicam as vedações previstas no art. 21, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, relativas à prática de atos que resultem em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato.

Ainda assim, ressalta-se que os atos administrativos eventualmente praticados observaram os princípios da responsabilidade fiscal, não gerando aumento de despesa com pessoal sem a devida previsão orçamentária, estimativa de impacto financeiro e compatibilidade com os instrumentos de planejamento.

Não foram aprovadas, editadas ou sancionadas normas legais contendo plano de alteração, reajuste ou reestruturação de carreiras, nem atos de nomeação decorrentes de concursos públicos, que impliquem aumento de despesa com pessoal em desacordo com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para os devidos fins.

Alegre/ES, 27 de março de 2026.

Nemrod Emerick
Prefeito Municipal